



Holding do Araguaia S.A.

CNPJ/ME nº 18.903.785/0001-78 - NIRE 35.300.457.099

Senhores Acionistas: A administração da Holding do Araguaia S.A. (anteriormente denominada ELI03 S.A.) - "Companhia", em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de vocês, acionistas, as demonstrações financeiras e as correspondentes informações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício de 2020. **Mensagem da Administração:** A Holding do Araguaia S.A. (anteriormente denominada ELI03 S.A.), foi constituída em 20 de agosto de 2013 com o nome ELI03 S.A., tendo por objeto social, a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista. Em 12 de junho de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou a alteração da razão social da Companhia de ELI03 S.A. para Holding do Araguaia S.A. Em 06 de agosto de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$2.774,00 mediante a emissão de 2.774 novas ações ordinárias que foram totalmente subscritas pela GLP X Participações S.A. que passou a deter 35% do capital da Companhia. Em 10 de agosto de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$524.992.074,00 mediante a emissão de 524.992.074 novas ações ordinárias, sendo que 341.244.848 ações foram subscritas pela Ecordovias Concessões e Serviços S.A. e 183.747.226 ações subscritas pela GLP X Participações S.A. **Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas nas Demonstrações Financeiras Totais e Equivalências da Companhia. **Receitas e Despesas Operacionais:** A Companhia realizou R\$19,5 milhões em 2021, sendo na sua totalidade receita de construção da controlada direta Eco-

vias do Araguaia. **Receita de Construção:** R\$19,5 milhões em 2021, devido às obras contratuais iniciais realizadas no exercício. **Custos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$32,0 milhões em 2021. Desconsiderando o custo de construção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$12,4 milhões. **Pessoal:** R\$2,6 milhões em 2021, devido aos custos com contratações iniciais na controlada direta Ecovias do Araguaia. **Serviços de terceiros:** R\$5,5 milhões em 2021, devido principalmente, aos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de compras corporativas e de engenharia prestados pela ECS, pelos custos com Assessoria jurídica e consultoria. **Seguros, Poder Concedente e Locações:** R\$3,5 milhões em 2021, principalmente devido aos custos de fiscalização para ao Poder Concedente na controlada Ecovias do Araguaia. **Outros:** R\$0,8 milhão em 2021 impactado pelos custos iniciais pré-operacionais com materiais de consumo, custos fixos e custos com passagens e hospedagem. **Depreciação e Amortização:** R\$0,1 milhão em 2021, devido as depreciações iniciais com softwares, hardwares e móveis e utensílios na controlada Ecovias do Araguaia. **Custo de construção de obras:** R\$19,5 milhões em 2021, em função do cronograma de obras iniciais no período de acordo com o contrato de concessão da Ecovias do Araguaia. Para mais informações sobre os custos operacionais e despesas administrativas, vide Nota Explicativa nº 18 da Demonstração Financeira da Companhia. **Ebitda e Margem Ebitda:** Em 2021, o EBITDA totalizou -R\$12,4 milhões. **Resultado Financeiro:** O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$0,7 milhão, impactado principalmente pelos encargos financeiros sobre os financiamentos e debêntures e pela capitalização dos juros sobre o endividamento. Para mais informações sobre o resultado financeiro, vide Nota Explicativa nº 19 da Demonstração Financeira. **Prejuízo do Exercício:** Em 2021, a Companhia apresentou prejuízo de R\$13,7 milhões. **Disponibilidade Financeira:** A Companhia encerrou o exercício de 2021 com saldo entre caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$432,0 milhões, dividida bruta, composta de empréstimos e financiamentos e debêntures, no valor de R\$1.390,1 milhões, sen-

do 98,8% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com Poder Concedente era de R\$1.073,5 milhões. A dívida líquida encerrou o exercício em R\$958,1 milhões. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº 11, 12 e nº 15 da Demonstração Financeira da Companhia. **Investimentos:** Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$495,8 milhões em 2021 devido, principalmente ao pagamento da outorga, em função da assinatura do contrato de concessão da controlada Ecovias do Araguaia. **Governança Corporativa:** As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da Ecordovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecordovias.com.br/n. **Relacionamento com os Auditores Independentes:** Em atendimento à instrução CVM 361/2003, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2021: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TH 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - Review of *Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*). Os honorários relativos ao exercício de 2021 totalizaram R\$643,0 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente. **Declaração da Diretoria:** A Diretoria da Holding do Araguaia S.A., declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2021.

São Paulo, 14 de março de 2022.

A Administração

Balanco Patrimonial Levantado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R\$)				
	Nota explicativa	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	11.679	-	403.630
Aplicações financeiras.....	6	813	-	28.383
Partes relacionadas.....	14	-	-	-
Impostos a recuperar.....	-	103	-	766
Despesas antecipadas.....	-	-	-	1.361
Dividendos a receber.....	-	182	-	-
Outros créditos.....	-	-	-	3.605
	-	12.777	-	439.738
Não Circulante				
Outros créditos - conta reserva ANTT - Ecovias do Araguaia.....	7	-	-	1.072.617
Investimentos.....	8	1.976.926	-	-
Em controladas.....	9	-	-	2.086
Imobilizado.....	10	-	-	1.578.231
Intangível.....	-	1.976.926	-	2.652.934
Total do Ativo		1.989.703	-	3.092.672

Balanco Patrimonial Levantado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R\$)				
	Nota explicativa	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021
Passivo e Patrimônio Líquido				
Circulante				
Fornecedores.....	-	365	-	8.981
Debêntures.....	-	12.622	-	12.622
Obrigações sociais.....	-	10	-	1.565
Imposto e Contribuições a recolher.....	-	37	-	963
Partes Relacionadas.....	14	-	-	5.670
Obrigações com Poder Concedente.....	16	-	-	914
Provisão para construção.....	15	-	-	876
	-	13.034	-	31.591
Não Circulante				
Debêntures.....	13	1.377.448	-	1.377.448
Obrigações com Poder Concedente.....	16	-	-	1.072.617
Provisão para construção.....	15	-	-	11.114
Partes relacionadas.....	14	-	1	-
Outras contas a pagar.....	-	-	-	681
	-	1.377.448	-	2.461.860
Patrimônio Líquido				
Capital social.....	17	612.883	3	612.883
Prejuízo acumulado.....	-	(13.662)	(4)	(13.662)
Total do patrimônio líquido.....	-	599.221	(1)	599.221
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.989.703	-	3.092.672

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R\$)				
	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/2020
Prejuízo do Exercício	(13.658)	-	(13.658)	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Resultado Abrangente Total	(13.658)	-	(13.658)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R\$)				
	Nota explicativa	Capital social integralizado	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2019		3	(4)	(1)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		3	(4)	(1)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		3	(4)	(1)
Aporte de capital	612.880	-	-	612.880
Prejuízo do exercício	-	-	(13.658)	(13.658)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		612.883	(13.662)	599.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores em milhares de reais)				
1. Informações Gerais				

A Holding do Araguaia S.A. ("Companhia"), foi constituída em 20 de agosto de 2013 com o nome ELI03 S.A., tendo por objeto social, a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista. A Sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510, Conjuntos 31/32, Vila Olímpia, no município de São Paulo - SP. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores. As demonstrações financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 abrangem a Companhia e sua controlada. Sua controlada, a Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., é uma Sociedade de Propósito Específico, sediada na Rua Coronel Batista, 451, 8º Andar, Sala 801, Centro, no município de Anápolis - GO, constituída em 22 de novembro de 2011 com o nome ELI02 S.A., tendo por objeto social, a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista. Em 19 de maio de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou a alteração do objeto social sendo específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/41/080/TO/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 16.b). A controlada possui algumas obrigações a serem cumpridas antes do início da cobrança das praças de pedágio, prevista para o início em outubro de 2022. Dentre elas destacam-se: (i) obras a serem entregues nos primeiros 6 meses da concessão; 19 Bases de Serviços Operacionais e o início da operação em atendimento médico de emergência, socorro mecânico, combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio; e (ii) obras com 12 meses da concessão: implantação de 9 praças de pedágio, 2 pontos de parada e descanso para caminhoneiros, além dos trabalhos iniciais que incluem diversas frentes para melhorar o trecho rodoviário e oferecer condições mínimas de segurança viária. Após realizadas as obras, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, realiza as vistorias de acordo com suas prerrogativas e edital de concessão e autoriza o início da cobrança do pedágio. Em 09 de março de 2022, o Comitê de Auditoria da controlada indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. analisou e se manifestou favoravelmente a estas demonstrações financeiras e seu Conselho de Administração as aprovou em 10 de março de 2022. **a) Impactos Covid-19:** A Administração da Companhia monitora de maneira contínua a evolução da pandemia da COVID-19, atuando para minimizar impactos nas suas operações e na sua posição patrimonial e financeira implementando medidas apropriadas para garantir a continuidade das operações, proteger o caixa, melhorar a liquidez e promover a saúde e a segurança de todos. As ações e decisões são constantemente analisadas pela Administração e pelos comitês, de acordo com a evolução dos cenários globais. Na data base de 31 de dezembro de 2021 a controlada da Companhia realizou o teste de *impairment* (vide Nota Explicativa nº 10) e a administração não identificou impacto nos resultados. Adicionalmente, a administração não identificou outros potenciais efeitos nas demonstrações financeiras.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
2.1 Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Os principais procedimentos de preparação das demonstrações financeiras estão descritos abaixo, sendo ela domiciliada no Brasil. As políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na Nota Explicativa nº 3. A seguir está apresentada a participação na controlada:
Controlada direta: 31/12/2021 31/12/2020 **Objetivos principais**
Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. 100% Exploração da Concessão da Rodovia BR-153/41/080/TO/GO.
Descrição dos principais procedimentos de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de sua controlada direta mencionada na Nota Explicativa nº 8, e os principais procedimentos para consolidação são os seguintes: • Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas; • Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das investidas; • Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, oriundos de transações com empresas consolidadas, a partir da consolidação; e • Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida. **2.3 Contratos de Concessão:** Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.; Exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/41/080/TO/GO, compreendendo os trechos rodoviários do km 624,1 km, entre o entroncamento com a TO-070 (Aliança do Tocantins) até o entroncamento com a BR-060 (Anápolis); (ii) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-080/GO-230(A)/324 (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153/GO-222/330 (Anápolis); (iii) BR-080/GO, de 87 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230(B) (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153(A)/GO-342(B), mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorará até outubro de 2056. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

3. Principais Práticas Contábeis
As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados: **a) Instrumentos Financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos ou passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Classificação dos ativos financeiros: Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingir ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável e adquirentes ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida no reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Alterações à IFRS 3 - Referência à Estrutura Distribuída (alterações a partir de 01/01/2022, porém permite adoção antecipada, desde que adote todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou entre)	As alterações atualizam a IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem a IFRS 3 a exigência de que, para obrigações centro do escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data da aquisição em virtude de eventos passados. Para o comprador, o comprador aplica a IFRS 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagamento ocorreu até a data de aquisição. Finalmente, as alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios).	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 3 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 16 - Imobilizado - Recursos antes do uso pretendido (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida a adoção antecipada)	As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o item ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondente custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 32 - Estoques. As alterações esclarecem ainda o significado de "testar se um ativo está funcionando adequadamente". Atualmente, a IAS 16 determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel de terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresenta os separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores e os custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cujas(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclui(m) esses recursos e custos.	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 37 - Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida a adoção antecipada)	As alterações especificam que o "custo de cumprimento" do contrato compreende os "custos diretamente relacionados ao contrato". Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são representados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial.	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 37 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2019 (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida adoção antecipada)	As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas: IFRS 1 - Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1.D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controlada para Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controlada adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou joint venture que utiliza a isenção contida na IFRS 1.D16(a). IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: A alteração esclarece que ao aplicar a taxa de 10% para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez. IFRS 16 - Arrendamentos: A alteração exclui o exemplo de reembolso de beneficiários em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida. IAS 41 - Agricultura: A alteração exclui a exigência na IAS 41 para entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo. Isso alinha a mensuração do valor justo na IAS 41 às exigências na IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo para fins de uso de fluxos de caixa e taxas de desconto internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada. A alteração é aplicável prospectivamente, isto, mensurações de valor justo na ou após a data em que a entidade aplica inicialmente a alteração.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 1, da IFRS 9, da IFRS 16 e da IAS 41 e entende que suas adoções não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações) (a data de vigência ainda não foi definida pela IASB, porém, é permitida a adoção antecipada das alterações)	As alterações à IFRS 10 (CPC36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não continha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controlada apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 10 e IAS 28 e entende que suas adoções não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
IFRS 17 - Contratos de seguros (vigência a partir de 01/01/2023)	A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11). A IFRS 17 descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios. O modelo geral utiliza premissas atenuadas para estimativa de valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza, levando em consideração as taxas de juros de mercado e o impacto das opções e garantias dos seguros.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 17 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 1 - Apresentação de passivos como Circulantes ou Não Circulantes (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)	As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 1 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 1 (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)	As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes não são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são relevantes por si só. O Board preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do "processo de materialidade em quatro passos" descrito na Declaração Prática 2 da IFRS.	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 1 e IFRS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Continua



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias. AUTENTICIDADE DA PÁGINA: A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://diariodenoticias.com.br/index.php/pt/newspaper>